



## IGUALDADE E DIFERENÇA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: GÊNERO E RAÇA NO MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Daniela Auad<sup>1</sup>

O presente texto parte da premissa que as pautas e demandas colocadas pelos movimentos sociais aos diferentes setores governamentais, assim como às variadas esferas partidárias, propõem não apenas bandeiras de luta que podem ser absorvidas com interesse eleitoral pelos elaboradores de programas de governo e de políticas públicas, mas também, e, sobretudo, podem exercer e fortalecer as múltiplas formas de cidadania ativa. Esta modalidade de participação social corresponde à criação de novos espaços associativos, decisórios e de debate, para além dos já existentes como, por exemplo, nos partidos políticos. De tal sorte que não basta garantir a cidadania, há de se assegurar a cidadania democrática.

Nessa perspectiva, ao se relacionarem com os sujeitos representantes das esferas governamentais ou ao ocuparem postos e cargos naquilo que é percebido como vida pública, feministas, estudiosas de gênero e militantes do movimento negro podem enfatizar dimensões que comumente são relegadas ao esquecimento, referentes à especificidade da vida das mulheres e que se tornam questões de aguda gravidade, mormente quando no contexto cotidiano das periferias dos grandes centros urbanos. A violência de gênero, a discriminação racial, a criminalização do aborto, a sustentação – muitas vezes apenas no âmbito do ideal – de modelos tradicionais e opressores de família, a desigualdade de acesso a renda e ao emprego em profissões consideradas prestigiosas são aspectos que devem ser foco de reflexão e base para a formulação de planos, medidas e ações de governos municipais, estadual e federal.

Nesse sentido, o propósito deste texto é suscitar o debate sobre como vem se dando a elaboração e implementação de políticas públicas pela igualdade de gênero e de raça em determinado município do Estado de São Paulo, o município de Guarulhos<sup>2</sup>. Ao focalizar essa

---

<sup>1</sup> Professora Adjunto II da Universidade Federal de São Paulo. Leciona as disciplinas Perspectivas Sociológicas sobre a Educação e Relações Étnico-Raciais e de Gênero na Educação. Atua como Professora do quadro permanente da Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência, na Unifesp, e é Coordenadora da Comissão de Cultura, Pesquisa e Extensão do Campus de Guarulhos. Participa dos seguintes grupos de pesquisa: Grupo de Estudos sobre Relações de Gênero e Diversidade Sexual (Líder – Unifesp), Grupo de Estudos sobre Corporalidade e Promoção da Saúde (Líder – Unifesp), Grupo de Estudos sobre Saúde da Mulher e Relações de Gênero (Pesquisadora - Unifesp). E-mail: [daniela.auad@unifesp.br](mailto:daniela.auad@unifesp.br) e [auad.daniela@gmail.com](mailto:auad.daniela@gmail.com).

<sup>2</sup> Guarulhos foi a cidade escolhida como *locus* privilegiado de pesquisa por abrigar o Campus de Humanidades da Unifesp e, por essa razão, ser a cidade a partir da qual a autora, como professora da referida Universidade, vem construindo relações de pesquisa, docência e extensão.



realidade regional, há de se considerar, como pano de fundo, a conjuntura de quase uma década da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, em uma perspectiva do que pode ser denominado, com propriedade, como um *Feminismo de Estado*, o qual considera em seu percurso categorias historicamente pautadas pelo Movimento Feminista e pelo Movimento Negro.

Para levar a termo o debate, inicialmente, há de se lançar um conjunto de perguntas acerca da maneira como as categorias citadas, oriundas desses movimentos sociais, vem sendo ou não apropriadas pelas políticas públicas no município em questão. Nesse sentido, dentre os questionamentos possíveis surgem com mais destaque os seguintes: como, nas políticas públicas do município de Guarulhos, os conceitos de igualdade, diferença e desigualdade são salientados e reconhecidos ou silenciados e desconsiderados? Como tal valorização ou desvalorização podem ser expressas tanto nos textos oficiais quanto nos projetos, ações, medidas e programas governamentais? Como gênero e raça podem figurar nas políticas públicas e como podem *atuar* em projetos, programas e ações nos diferentes equipamentos municipais? É possível haver uma multiplicidade de apropriações, percepções e aplicações acerca de gênero e de raça no que se refere às políticas públicas? Como as variações nas definições e nas maneiras de conceber os conceitos de igualdade, diferença e desigualdade podem influenciar na elaboração e na aplicação de políticas públicas? Como são percebidas e atendidas as necessidades práticas e estratégicas de igualdade de gênero e de igualdade racial, no âmbito das políticas públicas municipais? Como são construídas e levadas a termo, na esfera municipal, políticas que considerem grandes parcelas da população que, embora figurem por vezes como maioria numérica, podem ser consideradas minorias sociais<sup>3</sup>?

O conjunto de questões acima não é passível de ser esgotado no presente texto. Apesar disso, tratam-se de perguntas reveladoras do desejo de saber que corresponde à problemática inicial e central da agenda de pesquisa proposta pela autora para os próximos anos, como professora de uma Universidade Federal em contexto de Expansão. A polissemia e o caráter não consensual de uma tríade de conceitos – igualdade, diferença e desigualdade – assim como a consideração das categorias gênero e raça são expressivas do objetivo primeiro que vem orientando as pesquisas, dirigindo a docência e se espelhando nas atividades de extensão: eleger como objeto de conhecimento Políticas Igualitárias que contemplem desigualdades de gênero e também

---

<sup>3</sup> No que se refere ao termo *minorias*, vale notar que ele é aqui adotado segundo postula Joan Scott, em seu texto *O enigma da Igualdade* (2005). Os diferenciais de poder entre homens e mulheres tornam estas uma minoria em relação aqueles, ainda que elas perfaçam mais da metade da população. Da mesma forma, Scott acrescenta que os eventos que determinam as minorias enquanto tais operam através da atribuição do status de minoria a algumas qualidades inerentes ao grupo minoritário, como se essas qualidades fossem a razão e também a racionalização de um tratamento desigual.



discriminações raciais, especialmente no âmbito das Secretarias de Educação e do Trabalho e das Coordenadorias da Mulher e da Igualdade Racial.

Para conhecer esse conjunto de políticas da cidade de Guarulhos, prevê-se percurso metodológico com realização tanto de pesquisa bibliográfica quanto de pesquisa de campo em espaços de formação, unidades escolares e em outros equipamentos das Secretarias do Trabalho e da Educação, assim como das Coordenadorias da Mulher e da Igualdade Racial.

Doravante, serão tecidas considerações acerca das categorias e dos conceitos adotados e, em seguida, será descrito projeto de forte inspiração igualitária, elaborado e em execução no município de Guarulhos. Tal projeto corresponde à parte do objeto da pesquisa em andamento, sobre a qual o presente texto dá inicial notícia.

Cumpre destacar que, ao considerar as relações de gênero para conhecer os variados objetos de estudo relacionados à área de educação, durante as pesquisas realizadas desde a primeira Iniciação Científica até o Pós-Doutorado, foi usual e comum deparar com a categoria raça e com os termos igualdade, diferença e/ou desigualdade. Apesar desses *encontros* anteriores, a rigorosa valorização e consideração da categoria raça, ao lado da desde sempre adotada categoria gênero, só se apresentou como favorável ocasião no presente momento. Trata-se de condição de produção construída intencionalmente, a partir da concordância com o que afirma Mary Castro. A autora rechaça abordagens que fragmentam as identidades e considera enfaticamente a alquimia das categorias sociais na produção dos sujeitos. Ao estudar gênero, raça e geração entre mulheres líderes do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas em Salvador, Castro concluiu, como contribuição para pesquisas de variadas áreas e com diversos temas, que “*a classe substancia-se em gênero e raça, assim com gênero e raça são filtrados por posições e relações de classe. A estrutura de classe que produz e onde se reproduzem os pobres não é uma dimensão paralela e, sim, palco das relações de raça e de gênero*” (CASTRO, p. 71, 1992).

### *Gênero e Raça: categorias úteis de análise política*

*(...) é precisamente onde os problemas são mais intratáveis e menos passíveis de resolução que a política mais importa.*  
Joan Scott

Embora com variadas apropriações e diferentes níveis de penetração nos estudos produzidos no Brasil, Joan Scott (1990) e Christine Delphy (1991) são autoras referenciais para entender o modo como a categoria gênero é assumida no presente texto e na recente pesquisa que ele noticia.



Como é amplamente sabido, ao chegar à América Latina, o texto escrito por Joan Scott — Gênero: uma categoria útil de análise histórica (1990) — contribuiu para que setores da área de Ciências Humanas reconhecessem a importância das relações sociais que se estabelecem com base nas diferenças percebidas entre o masculino e o feminino. Não obstante, a abordagem sobre a categoria gênero proposta pela francesa Christine Delphy também potencializou a percepção da desigualdade entre o masculino e o feminino e entre mulheres e homens, como uma construção social. A apropriação dos escritos de Scott e de Delphy permite notar que as relações de gênero, do modo como estão organizadas em nossa sociedade, produzem desigualdades. Os escritos dessas autoras permitem elucidar como as visões naturalistas sobre mulheres, meninas, homens e meninos representam travas para a superação dessa situação. Ao considerar as relações de gênero como socialmente construídas, nota-se que uma série de características consideradas “naturalmente” femininas ou masculinas corresponde às relações de poder. Repetidamente praticadas, contadas e reproduzidas, estas relações vão ganhando a feição de “naturais”. Segundo se percebe no âmbito da abordagem adotada, tais características são construídas historicamente, a partir do modo como as relações de poder entre o feminino e o masculino foram e vão se engendrando socialmente.

Christine Delphy afirma o gênero como “*um produto social que constrói o sexo*”. Assim, na abordagem do presente texto, sexo e gênero não são sinônimos, embora se relacionem. Há de se considerar que se as relações de gênero não existissem do modo como são conhecidas, o que se percebe como sexo não seria valorizado como importante. Não fossem os arranjos de gênero vigentes socialmente, as diferenças percebidas como anatômicas entre homens e mulheres não teriam nenhuma significação valorativa em si mesmo. Ou seja, *ter* um pênis ou *ter* uma vagina poderia ser apenas uma diferença física entre outras. O gênero — como um conjunto de símbolos e significados sobre o masculino e sobre o feminino — cria uma determinada percepção sobre o sexo, este percebido na maioria das vezes como um dado anatômico incontestável. Desta forma, *ter* pênis ou *ter* vagina determina quais serão as informações utilizadas para *organizar* os sujeitos a partir de diferenças hierarquizadas em uma desigual escala de valores.

No tocante ao presente texto e à pesquisa em andamento, as relações de gênero correspondem ao conjunto de representações construído em cada sociedade, através de sua história, para atribuir significados, distinções e oposições para cada um dos sexos. As características conhecidas como biológicas entre homens e mulheres são interpretadas segundo as construções de gênero de cada sociedade. Ou, em outras palavras, o gênero faz com que percebamos o sexo pois as



características e diferenças anatômicas são enxergadas e valorizadas do modo como são, e não de outro(s) modo(s), graças à existência das relações de gênero socialmente construídas.

Assim como gênero, raça é um constructo que inaugura a percepção de determinadas características em detrimento de outras, incluindo as consideradas biológicas e físicas. O que é considerado como *natureza* se mostra como mais um dado passível de interpretação. Os processos de diferenciação revelam-se produtores de exclusões. Desta maneira, as desigualdades são construídas a partir das diferenças percebidas segundo relações raciais, nas quais são atribuídos lugares e valores hierarquizados para negros e brancos.

Apesar disso, o debate que remete às construções sociais, ao tocar a categoria raça, apresenta seus dilemas. Por um lado, raça pode se mostrar por vezes um conceito cientificamente inoperante e assumir a sua *existência* pode remontar a cilada do racismo biológico. Por outro lado, como aponta Nilma Lino Gomes (2003), há uma enorme relevância social e política do termo raça. Seu uso pode conduzir à reflexão sobre os lugares ocupados por negros e por brancos, assim como pode incentivar a discussão sobre o status da Cultura Negra nas Ciências Sociais e, por conseguinte, nas Políticas Igualitárias.

Na mesma direção das afirmações de Gomes, Kabengele Munanga observa que o conceito de raça, tal como é empregado hoje, nada tem de biológico e aponta para o conceito de raça produzido em um campo semântico determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Nesse sentido, para o autor, os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa em diferentes países, como nos Estados Unidos, no Brasil e na África do Sul. Para Munanga, “o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico” (2003). Assim, por mais que possa se afirmar, desde o senso comum até os domínios da genética, que *raça não existe*, no imaginário e na representação coletivos das populações contemporâneas existem raças a partir das diferenças fenotípicas, como a cor da pele. Desta forma, é a partir desses critérios pretensamente físicos que se reproduzem e se mantêm os *racismos*. Ainda que se pretenda, por variadas razões, banir o conceito de raça dos dicionários e dos textos científicos, ele persiste tanto no uso popular como em trabalhos e estudos que consideram a raça como uma construção sociológica e uma categoria social potente para entender a dominação e a exclusão de mulheres e meninas negras, meninos e homens negros. Esse entendimento é assumido no presente texto e, não será demais adiantar, que, no âmbito da pesquisa em desenvolvimento, adotar a categoria raça significa referir-se ao grupo classificado socialmente como negro.



Vale notar que, ao adotar essa acepção, deixar de utilizar a palavra *raça* poderia corresponder a assumir a existência de uma democracia racial e negar que, em nosso país, desigualdade e pobreza são mazelas a ser combatidas pelas políticas públicas destinadas, em muitos casos, especialmente à população negra, como uma forma de reparação de séculos de exclusão. Nessa perspectiva, o termo *raça* usado no âmbito deste texto também é adotado com uma conotação política e sendo utilizado para informar como determinadas características interferem e determinam o destino e o lugar social de mulheres, meninos, meninas e homens, no interior da sociedade brasileira.

Gênero e *raça* são, portanto, assumidos como categorias de análise com cor política definida e com a intencionalidade de não perpetuar posturas neutras nos processos de construção do conhecimento, as quais servem apenas para invisibilizar sujeitos para quem e por quem políticas igualitárias devem ser formuladas e implantadas. Nesse sentido, gênero e *raça* são categorias que, consideradas concomitantemente e de maneira relacional, remetem-se ao modo como Scott define o termo política: “*a negociação de identidades e dos termos das diferenças entre elas*” (p.29, 2005).

No que se refere à profícua combinação entre igualdade e diferença, Joan Scott, em *O Enigma da Igualdade* (2005), aponta como um dos paradoxos acerca da igualdade o fato desta estar relacionada ao modo como as diferenças serão ora minimizadas, ora maximizadas. Gênero e *raça* são *marcadores de diferenças*, diante dos quais não é possível silenciar. Perceber sujeitos a partir dessas categorias não permite que se elimine a diferença. Ao contrário, considerar *raça* e gênero na construção da percepção dos sujeitos conduz ao reconhecimento das diferenças e exige a decisão sobre se tais diferenças serão ignoradas ou levadas em consideração.

O desafio de definir políticas públicas assumindo e lidando com as diferenças como condição para alcançar a igualdade fica evidente quando, por exemplo, há de se resgatar as mulheres negras como sujeitos políticos, cidadãs para quem e por quem as políticas podem e devem ser construídas<sup>4</sup>. Nesse processo, como aponta Mary Castro, elucida-se o grande valor dos movimentos sociais nas dinâmicas de controle social que podem garantir igualdade. Para a Professora da Universidade Federal da Bahia, “*os movimentos sociais, como o feminismo, o movimento negro, e o movimento juvenil ganham visibilidade e legitimação social, ainda que não*

---

<sup>4</sup> No âmbito do presente texto, considerar as mulheres como sujeitos políticos diz respeito a valorizar como as mulheres podem ter, no domínio público, uma profícua arena de participação. Nesta, cada mulher, em um só tempo, se mistura ao coletivo e o compõe através de suas práticas. Trata-se de estar junto e ser parte de um projeto de mudança de uma identidade social imposta ao seu grupo de referência por interesses de um poder antagônico. A identidade das mulheres vai, então, sendo traçada na relação entre biografia e história, como facetas de uma mesma moeda. Esse processo se distingue de outras situações, pois é marcado por projetos através dos quais as vivências são reelaboradas (Castro, p.57, 1992).



*em termos ideais, mas contando com contraparte institucional, como secretarias específicas, programas e leis.”* (Castro, p.10, s/d). Essa intersecção entre esferas governamentais e movimentos sociais na elaboração de políticas públicas que não sejam “cegas para gênero e para raça” são expressivas do reconhecimento das diferenças e da decisão de não ignorá-las e não hierarquizá-las, o que as transformaria em desigualdades.

### *Mulheres na Construção da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas*

*A política tem sido descrita como a arte do possível; eu preferiria chamá-la de negociação do impossível, a tentativa de chegar a soluções que – em sociedades democráticas – aproximam os princípios da justiça e da igualdade, mas que só pode sempre falhar, deixando assim aberta a oportunidade de novas formulações, novos arranjos sociais, novas negociações. As melhores soluções políticas na atualidade reconhecem os perigos de insistir em uma solução final e totalizante (ou grupos ou indivíduos, ou igualdade ou diferença).*

Joan Scott

Tão caro quanto as categorias citadas para o dinâmico e não conclusivo processo de construção de políticas igualitárias, é o conceito de transversalidade de gênero nas políticas públicas. Proposto, de modo pioneiro no Brasil, pela pesquisadora Lourdes Bandeira, este conceito corresponde à idéia de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências políticas, institucionais e administrativas. Assim, como efetivar uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo. Em um só tempo, a transversalidade de gênero garantiria duas dinâmicas interdependentes. Por um lado, a existência de uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais. Por outro lado, o aumento da eficácia das políticas públicas, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às mulheres.

Um exemplo de genuína iniciativa que tanto subsidia a transversalidade de gênero quanto a reforça e motiva como prática de gestão pública é a Lei nº. 12.227, de 12 de abril de 2010. Ao atender ao Projeto de Lei nº 2.155, de 1999, de autoria da Deputada Federal Luiza Erundina, a Lei institui o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, o Raseam. Este compreenderá dados acerca da população feminina no Brasil no tocante, por exemplo, ao rendimento médio, às taxas de emprego formal e participação trabalhista; ao número de vítimas de violência física, sexual e psicológica e ao grau de escolaridade. Esses e outros dados do Raseam terão por base as informações e levantamentos do IBGE, do IPEA, da Presidência da República e seus Ministérios,



assim como outras instituições que produzam dados pertinentes à formulação e à implementação de políticas públicas de interesse para as mulheres<sup>5</sup>.

Esse Relatório Anual com dados sobre as mulheres brasileiras pode subsidiar a formulação e execução de Políticas Igualitárias. Uma iniciativa como essa é fruto de um processo histórico de lutas. Nesse sentido, Bandeira lembra que, no contexto europeu, e desde a década de oitenta, os diversos movimentos de mulheres promoveram múltiplos debates acerca de como uma política mundial de promoção de igualdade de oportunidade das mulheres poderia se efetivar, deslocando-se desde suas demandas iniciais para chegar até aos governos nacionais. Tal processo asseguraria a implantação das reivindicações das mulheres de forma mais eficaz nas políticas, ações e programas governamentais. Na IV Conferência Mundial das Mulheres em Beijing, em 1995, essa estratégia foi designada como “*gender mainstreaming*” e foi apropriada pela documentação produzida como uma forma de garantir a melhoria do status das mulheres em todas as dimensões da sociedade.

No contexto mundial, a política de promoção das mulheres via transversalidade de gênero significou aos governos não unicamente a incorporação dessa perspectiva em um Ministério ou Secretaria específica de atuação na área da mulher, mas causou um *impacto vinculante*, como algo que pode *alinhar* a perspectiva de gênero em cada área governamental. Trata-se de, além de manter um Ministério e/ou uma Secretaria de Políticas para as Mulheres, considerar as especificidades das variadas condições de vida das mulheres e, a partir de um conjunto de indicadores sociais, formular e executar planos, medidas e ações em todos os Ministérios e Secretarias (Bandeira, 2005; Curado e Auad, 2007).

Na realidade regional do município de Guarulhos, a pesquisa em desenvolvimento estuda especialmente planos, ações e medidas das Coordenadorias da Mulher e da Igualdade Racial e das Secretarias da Educação e do Trabalho. No município estudado, a transversalidade de gênero é, na maioria das vezes, experimentada ainda de maneira assistemática, sem intencionalidade e quase que como uma maneira de resistir às dificuldades inerentes ao processo de formulação e implementação de políticas públicas para a igualdade racial e de gênero. Como exemplar dessa afirmação, cumpre citar dados sobre o projeto *Mulheres Construindo sua Autonomia, Mulheres Guarulhenses Construindo seu Futuro*.

Fruto de recente parceria entre a Secretaria do Trabalho da Prefeitura de Guarulhos e a Universidade Federal de São Paulo/ Campus de Guarulhos, o projeto representa tanto uma política

---

<sup>5</sup> Cumpre destacar que o processo de criação e execução da Lei n°. 12.227/2010 é objeto de artigo de minha autoria, em processo de coleta de dados e de escrita. Trata-se de parte da pesquisa em andamento, que tem como tema central as Políticas Igualitárias na perspectiva de gênero e de raça.



pública voltada para as mulheres, com forte inspiração igualitária, quanto campo de pesquisa e de extensão. Para empreender formação de mulheres para a atuação profissional na área da construção civil, de forma a garantir sua autonomia e sustentabilidade econômica e social, o projeto prevê implantação de Escola de Construção Civil, no município de Guarulhos, com a aquisição de ferramentas e insumos. Dentre as ações do projeto, está prevista também a oferta de cursos de formação para mulheres azulejistas, pedreiras, pintoras, gesseiras e encanadoras. Em concomitância a essa formação específica e técnica, ocorrerá formação geral centrada em temáticas da igualdade racial e de gênero, bem como alfabetização para as mulheres que quiserem fazer o curso de Formação para a Construção Civil. Serão atendidas pelo projeto mulheres moradoras de três bairros da periferia do município de Guarulhos: Recreio São Jorge, Mikail e Jardim Primavera. Nessas localidades, são preocupantes as condições de ocupação e moradia, a vulnerabilidade social e econômica das mulheres e os índices de violência doméstica. Nessa perspectiva, a iniciativa encerra precioso valor do ponto de vista da inclusão social e preza pelas relações transformadoras que toda Universidade Pública deve manter com a comunidade que a acolhe e mantém.

Com especial apoio e financiamento da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, a Secretaria do Trabalho estabeleceu parceria – ou o que pode ser denominado, no momento, como a transversalidade de gênero possível – com as Secretarias da Educação, do Meio Ambiente, da Saúde, com as Coordenadorias da Mulher e da Igualdade Racial e com o Departamento de Informática da Prefeitura de Guarulhos. As muitas ações do projeto tornavam imprescindível a presença e atuação de pelo menos uma pesquisadora, fazendo com que a Secretaria do Trabalho buscasse a parceria acadêmica junto à Universidade Federal de São Paulo/ Campus de Guarulhos. A metodologia do projeto prevê elaboração de questionário para diagnóstico socioeconômico de treze mil mulheres; aplicação do questionário por agentes de saúde em domicílios nos bairros citados; elaboração e implantação de Curso sobre Igualdade de Gênero, Raça e Orientação Sexual para os Agentes de Saúde que aplicarão treze mil questionários de diagnóstico socioeconômico; tabulação dos dados dos questionários e apresentação do relatório com dados numéricos; análise dos dados; preparação de publicação de livro sobre a pesquisa com as mulheres e sobre a iniciativa de implantação da Escola de Construção Civil. Todas essas etapas do projeto vêm sendo realizadas no âmbito da parceria entre as Secretarias e a Universidade, com especial destaque para o Curso sobre Raça e Gênero no qual foram formados setenta agentes de saúde.

Dentre os resultados esperados, figuram como metas o resgate da história profissional das participantes e a sua reinserção no mercado de trabalho formal; o fortalecimento do mercado da



construção civil no município; a eliminação do analfabetismo entre as mulheres inscritas no projeto e o incentivo da elevação da escolaridade. Diante da abrangência do projeto e do montante de trabalho, em todas as etapas está prevista a participação de alunos e alunas bolsistas da Unifesp, oriundos do curso de graduação *Relações étnico-raciais e de gênero na educação* e participantes do *Grupo de Estudos de Relações de Gênero e Diversidade Sexual*.

A iniciativa da Secretaria do Trabalho representa campo privilegiado para observação, debate e consideração das categorias gênero e raça em uma perspectiva na qual igualdade e diferença são consideradas no traçado de Políticas para as Mulheres. A partir desse conhecimento a ser produzido, serão realizadas novas comunicações nos mais variados fóruns. Conhecer o que aqui se denomina como Políticas Igualitárias e conversar sobre isso podem ser práticas de resistência das mulheres como sujeitos políticos. Sejam feministas entrincheiradas nas esferas dos Governos Municipal e Federal, como gestoras, sejam estudiosas de gênero e pesquisadoras, na Universidade, a produção como resistência baseia-se na certeza de que o que se conhece merece ser ouvido, debatido e multiplicado. Esse sentimento coaduna-se com a satisfação de poder partilhar essa produção no IX Encontro Fazendo Gênero.

### *Bibliografia*

AUAD, Daniela. *Relações de gênero nas práticas escolares: da escola mista ao ideal de co-educação*. São Paulo, FEUSP, FAPESP, Tese de Doutorado, 2003.

\_\_\_\_\_. Educação para Democracia e Co-educação: apontamentos a partir da categoria gênero. *Revista USP*, número 56, Universidade de São Paulo, dezembro/janeiro/fevereiro 2002-2003. São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. CURADO, J. (Org.). *Gênero e Políticas Públicas: avanços e desafios*. 1. ed. Campo Grande (MS): Universidade Católica Dom Bosco / Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, 2007.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, Santa Catarina, vol.16, n.1, pp. 207-228, 2008.

BANDEIRA, Lourdes. *Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas*. CEPAL, SPM, Brasília, 2005.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A Cidadania Ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. 3.<sup>a</sup> edição. São Paulo, Ática, 1998.

CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, Santa Catarina, v.10, p. 57-74, 1992.



\_\_\_\_\_. *Gênero e Raça: Desafios à Escola*. Versão on line: <http://www.smec.salvador.ba.gov.br/documentos/genero-raca.pdf>. Acessada em 15 de junho de 2008.

DELPHY, Christine. Penser le genre. In: HURTIG, Marie-Claude; KAIL, Michèle; ROUCH, Hélène. *Sexe et genre, de la hiérarchie entre les sexes*, CNRS, Paris, 1991.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Educação*, 2003.

SCOTT, Joan W.. O Enigma da Igualdade. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, Santa Catarina, 2005.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, n.º 16, p. 5-22, 1990.